

**EDITORIAL DE OUTUBRO:**

**ENSINO MÉDIO PARA QUEM?**

Nunca se falou tanto sobre o Ensino Médio como nos últimos meses. A partir do momento em que a Reforma para o Ensino Médio (Lei 13.415/16) proposta pelo governo foi sendo conhecida pelo público, diversas entidades representativas têm se posicionado criticamente a seu respeito.

As mais contundentes críticas são feitas tendo em vista os princípios que orientam a Reforma. Justificou-se sua necessidade como sendo a maneira para incidir sobre o baixo resultado dos estudantes nas avaliações oficiais, que indicam reiterado mau desempenho no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Buscam-se soluções pontuais para este problema, deixando de abordar as questões fundantes no que concerne a considerar quem são os jovens brasileiros que estão (ou não) frequentando as escolas de Ensino Médio.

É importante compreender as diversas condições das juventudes na atualidade, com suas culturas e necessidades específicas. Uma reforma, que se propõe como política pública, precisa ser pensada para os jovens, que estão envoltos em práticas sociais que lhes são próprias, distintas de outras gerações; sem desconsiderar que a maioria deles é oriunda das camadas populares, o que os leva a enfrentar desafios consideráveis na busca pela própria sobrevivência.

Nas últimas décadas, tivemos avanços nas políticas sociais direcionadas à superação da pobreza, mas que não levaram a uma diminuição significativa das desigualdades sociais. Essas políticas têm adotado um caráter assistencialista, servindo mais para administrar a pobreza num dado nível, do que promover inclusão social mais efetiva. Por outro lado, a crise econômica têm agravando esse quadro no país, assim como, elevado a taxa de desemprego. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE, divulgada recentemente, 27,6 milhões de brasileiros não têm emprego. Portanto, as condições precárias das famílias podem impactar na permanência do jovem de baixa renda na escola pela necessidade de esse jovem ter que optar por ajudar na subsistência familiar a dar continuidade aos seus estudos. Decisão, no mínimo, injusta.

Portanto, é necessário conhecer quem são esses jovens, o que esperam da escola, que projeto de futuro idealizam. Num universo de quase 8 milhões de estudantes matriculados no Ensino Médio no Brasil, são diversos perfis de juventudes, que devem ser considerados ao se propor políticas para a educação.

Da mesma forma, é imprescindível envolver os professores a fim de que possam se fazer presentes ao garantir condições dignas de trabalho e formação docente compromissada com a

qualidade da educação. Não é possível responsabilizar quase que exclusivamente o professor pela produtividade do sistema educativo, eximindo o Estado de sua obrigação, que é a de promover formação docente e condições de trabalho que viabilizem a constituição de um profissional crítico, autônomo, ético e compromissado com a formação do estudante.

Assim, ao se pensar em reforma de Ensino Médio, professores e estudantes são os principais atores que devem ser ouvidos durante o processo da sua elaboração. Não podemos pensar em políticas públicas que tenham sido idealizadas sem a efetiva participação dos sujeitos direta e plenamente envolvidos no cotidiano da escola, pois são estes que irão significá-las e vivê-las.

A partir dessa perspectiva, o Ensino Médio, a última etapa da Educação Básica, é compreendido como um direito do jovem brasileiro a ter acesso a uma formação plena e cidadã e que ele não precise decidir entre investir no seu futuro ou sobreviver no seu presente.

**Prof. Dra. Marly Krüger de Pesce**  
Professora do PPGE da UNIVILLE